

## A MEMÓRIA COMO OBJETO DA HISTÓRIA: um estudo sobre histórias de Trancoso em Caetés-PE

Emanuel da Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Ana Lúcia Nascimento Oliveira<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 02/03/2022.  
Artigo aceito em: 07/09/2022.

### RESUMO:

Este trabalho tem o intuito de pensar como a memória, enquanto objeto da História, possibilita interpretar contos orais de histórias de Trancoso da zona rural do município de Caetés-PE. Para isso, se faz uso, de forma geral, da perspectiva do filósofo Paul Ricoeur, autor congruente à memória como conceito fundador do conhecimento histórico. Em conjunto estão as análises possibilitadas por Michel-Rolph Trouillote, com sua crítica incisiva aos silêncios nas narrativas provocados pelos conflitos do poder, além de outros especialistas em memória e história, com contribuições conceituais específicas ao longo do texto. Partindo do paradigma qualitativo/interpretativo, esta pesquisa conta com uso metodológico da história oral em meio ao método exploratório de campo, além da análise interpretativa dos contos, sendo efetivada com o uso da hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; História; Narrativa; Poder; Contos.

MEMORY AS HISTORY OBJECT: a study about "histórias de Trancoso" in  
Caetés-PE

### ABSTRACT:

This work intends to think how the memory as an object of History makes it possible to interpret oral tales of Trancoso stories from the rural area of the city of Caetés-PE. For this, I make use of the philosopher Paul Ricoeur's perspective, a congruent author of memory as a founding concept of historical knowledge, together with the analyses made possible by Michel-Rolph Trouillote, with his

<sup>1</sup> Doutorando no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH/UFRPE), Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2746121385112757>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2712-4084>; e-mail: [emanuelhistoria2012@gmail.com](mailto:emanuelhistoria2012@gmail.com). Grupo de pesquisa Vale do São José.

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e Pós-Doutora em História pela Faculdade de Letras do Porto - PT / FLUP (2016). Atualmente é professora Associada IV aposentada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Docente da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0223016826925051>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1496-9675>; e-mail: [ananascimentoufrpe@gmail.com](mailto:ananascimentoufrpe@gmail.com).

incisive criticism of the silences in the narratives caused by power conflicts, and other specialists in memory and history, with specific conceptual contributions throughout the text. Starting from the qualitative/interpretative paradigm, this research relies on the methodological use of oral history in the midst of the exploratory field method, in addition to the interpretative analysis of the tales, being carried out with the use of Paul Ricoeur's phenomenological hermeneutics.

**KEYWORDS:** Memory; History; Narrative; Power; Tales.

## 1. Considerações iniciais

A importância do debate sobre a memória na História está no fato da memória possuir “uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações” (BOSI, 1979, p. 9). Assim, é algo que movimenta a percepção da passagem do tempo e da interpretação da mesma, cominando também nas representações sobre os espaços em relações imaginadas (ANDERSON, 2008) e vivenciadas como reais.

Histórias de Trancoso é um fenômeno da oralidade e se trata de contos orais, geralmente com aspectos moralizantes, como ensinamentos direcionados às crianças e intimidação das mulheres sobre o que pode e não pode fazer. Podemos pensar as histórias como narrativas de contos de realismo fantástico, evocados através da “memória lembrança” como forma direta do espaço no qual as transmissões geracionais perduram, que é na memória dos grupos que praticam a tradição oral. E em outra instância, a memória como organização de narrativa de representações coletivas – sendo essa a base para a construção dos contos e, assim, essas memórias compartilhadas e intersubjetivas – forja identidades que nos faz pensar também em uma “metamemória”.

As histórias de Trancoso podem ser vistas por um recorte espacial regional. Essa forma de contos orais moralizantes, em alguns lugares do nordeste brasileiro, principalmente o interior, recebem a denominação de “histórias de Trancoso”. Estas podem se referir a duas possibilidades categóricas: as histórias simplesmente mentirosas, estapafúrdias, tornando o conceito um sinônimo de mentira; ou

enquanto histórias que carregam ensinamentos moralizantes, a servir da educação dos mais jovens da comunidade, remetendo a intenção do escritor português Gonçalo Fernandes Trancoso. Há ainda uma terceira via categórica, a de transposição de acontecimentos reais da história local ao nível narrativo – as histórias associadas a pessoas pobres e “não-brancas” em geral, que também são transformadas em histórias de Trancoso, em alguma medida.

Gonçalo Fernandes Trancoso (1520? - 1585?), foi um escritor português que viveu em Lisboa, sem sabermos ao certo sua origem, e ficou reconhecido na época por escrever a obra “Contos e histórias de proveito e exemplo”, passando o seu sobrenome a ser sinônimo desse tipo de narrativa. A obra teve sua primeira versão em 1575, com dois capítulos, só se encontrando completa com três capítulos em sua edição de 1595, após a morte do autor. Seus contos perpassavam facilmente pela boca dos poucos letrados e eram aprendidos pela grande maioria, iletrados.

Essa dimensão da oralidade, à qual os contos provavelmente já pertenciam antes de serem passados para a escrita impressa, prevaleceu na colonização portuguesa em território americano. Firmou-se, então, como uma memória, como narrativa de transmissão, o continuar a narrar (CATROGA, 2015, p. 27), apesar das histórias de Trancoso serem extremamente inventivas e se renovarem por intermédio dos sujeitos contadores de história e dos espaços nos quais era vivenciada a oralidade.

\*\*\*

Para a realização desta pesquisa foi utilizado como método a história oral, se tratando de um “procedimento organizado e rígido de investigação, capaz de garantir a obtenção de resultados válidos [...] [que] implica em formular as entrevistas como epicentro da pesquisa” (MEIHY; HOLANDA, 2020, p. 71-72). Contamos ainda com as “várias possibilidades de transcrição de depoimentos, vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras do historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso em seu trabalho” (AMADO; FERREIRA, 2002, p. 16).

Aqui foi utilizada a história oral na modalidade “tradição oral”, implicando atenção especial a descrição do cotidiano, que pressupõe o “reconhecimento do outro nos detalhes autoexplicativos de sua cultura” (MEIHY; HOLANDA, 2020, p. 40). Tratamos aqui como tradição oral as manifestações culturais “baseadas em testemunhos verbais, que se referem a acontecimentos do passado – sucedidos a uma distância de, pelo menos, uma geração. Ou seja, não presenciados nem lembrados pelos narradores, senão apreendidos oralmente” (PISCITELLI, 1993, p. 151). Para Verena Alberti (2005, p.18), “a tradição oral, como as tradições de modo geral, está calcada na repetição”. Podemos defini-la ainda “como um conjunto de mensagens que um grupo social considera ter recebido de seus antepassados, e que deve transmitir de uma geração para outra, constituindo uma das fontes onde a produção literária se alimenta” (RONDELLI, 1993, p. 28).

Logo, as fontes utilizadas para além do debate teórico conceitual foram adquiridas no processo de pesquisa de campo, que teve início no ano de 2016, durante a graduação em História, e se estende a 2022, momento em que escrevo a tese do doutorado. Tem-se, então, numerosas entrevistas formais, além de incontáveis momentos informais, como é comum à tradição oral, que não nega a proximidade com a etnografia (MEIHY; HOLANDA, 2020, p. 40), perspectiva que foi fundamental para melhor compreensão do objeto estudado.

O itinerário metodológico que foi percorrido na metamorfose da oralidade para a escrita – que pode ser vista também como uma tradução endolíngua e, como toda “tradução”, carrega perdas que só o vivenciar do instante do fenômeno “entrevista” seria capaz de tentar reparar – se deu aos moldes indicados por Meihy e Holanda (2020, p. 30). No primeiro momento, elaboração do projeto com esse mesmo objeto, que venho desenvolvendo desde 2016, durante a graduação em História, até o momento, em 2022, no doutorado; no segundo momento, gravações das entrevistas, tendo como arquivos pessoais cerca de mais de trinta pessoas entrevistadas; na terceira parte, a transcrição não se deu de maneira completa de todo o acervo oral, haja vista a urgência da utilização prioritária de alguns

seguimentos; no quarto momento, a eventual análise – neste caso se fez interessante a busca de auxílio interpretativo da hermenêutica, assim como ressalta Verena Alberti (2004, p. 17).

Para tanto, interpreta-se as fontes resultadas das entrevistas orais e das anotações em diário de campo, gravações e transcrições – uma mistura de objetivo temático e vivência espacial cotidiana contextual – a partir da fenomenologia do filósofo Paul Ricoeur (2012, p. 282), que nos ajuda a pensar que os contos de Trancoso são efeitos de sentido à medida que são efeitos de força.

O método de interpretação hermenêutica aqui utilizado perpassou por uma apropriação da forma utilizada por Paul Ricoeur (1990). Podemos pensar em três etapas após todo esse processo metodológico da história oral e transformação da oralidade para a escrita. No primeiro momento foi realizada uma leitura geral do texto, que servisse para pensar a entrevista como um todo; no segundo, uma leitura crítica e mais detalhada de alguns pontos importantes para a pesquisa; e, no terceiro, a apropriação do saber, o uso da fonte devidamente perpassada pela abstração interpretativa, partindo-se do texto para o contexto e cruzamento com outras fontes já devidamente passadas por essa operação metodológica – assim como trabalham Darnton (1986), Ginzburg (1987) e Chartier (1985) com o método de interpretação, em uma relação entre “texto–contexto–texto”.

Compreende-se a importância desse processo metodológico interpretativo para atuar como provocador da interpretação, haja vista que a mesma “não é algo que um leitor faz, mas algo que acontece com ele” (DEMETERIO III, 2015). A mistura da história oral com a hermenêutica fenomenológica proporcionou uma forma de conhecer através da oralidade, que implica na ação de deslocamentos tanto físico-corpóreos quanto mentais, no desafio de ouvir e compreender o outro.

\*\*\*

Podemos perceber que no campo de pesquisa há uma íntima relação entre a constante formulação imagética do espaço, memória e histórias de Trancoso. É

trazido à tona a importância de pensarmos a comunidade a partir das percepções sentimentais das pessoas em um chamado “particularismo”, característico de sociedades não modernas (ANDERSON, 2008, p. 33).

Quando o/a(s) contador(e/a(s)) de histórias de Trancoso narram seus contos orais, estão a falar de um espaço ficcional, imaginado, contudo um espaço resultante de um lugar vivenciado por eles (comunidade) no real – uma caatinga de entremeio agreste e sertão, com uma comunidade de maioria pobre e entre eles alguns fazendeiros ricos. Como já tratado por Oliveira (2021), esses contos muito falam de subversão da ordem opressiva, que alteram esse “espaço do opressor” através do conflito simbólico, vencido com a humilhação dos poderosos.

Trata-se de pessoas muito religiosas e crentes no poder da “língua falada”, de maneira utópica, como forma de encarar forças que são desiguais (CERTEAU, 2008, p. 76-79). Camponeses que não desvinculam suas vidas das possibilidades do “fantástico” contidas nas histórias de Trancoso. Logo, ao mesmo tempo esse espaço da utopia é imaginado e inserido em seus cotidianos como um espaço também pertencente a cosmopercepção da comunidade.

Os espaços são imaginados pelos sujeitos de forma que a memória sirva de base para legitimação dos lugares, em diferentes modos de lidarem com esses, afetivamente. Como explica Michel de Certeau (2008, p. 199), as metáforas, através dos relatos, todos os dias “atravessam e organizam os lugares; (...) selecionam (...) reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços”.

Uma grande árvore de Braúna (*Schinopsis brasiliensis* Engl.), em encruzilhadas das estradas ou varedos, não é pensada pelos sujeitos da mesma forma antes e depois de ouvirem nos contos orais que se trata de uma árvore na qual as pessoas veem “caixões flutuantes”, pessoas de branco ou assovios, durante a noite. Além do próprio espaço da estrada, que deixa de ser apenas algo que serve para as pessoas trafegarem para se tornar algo imaginado, que vai além do físico. Em consonância

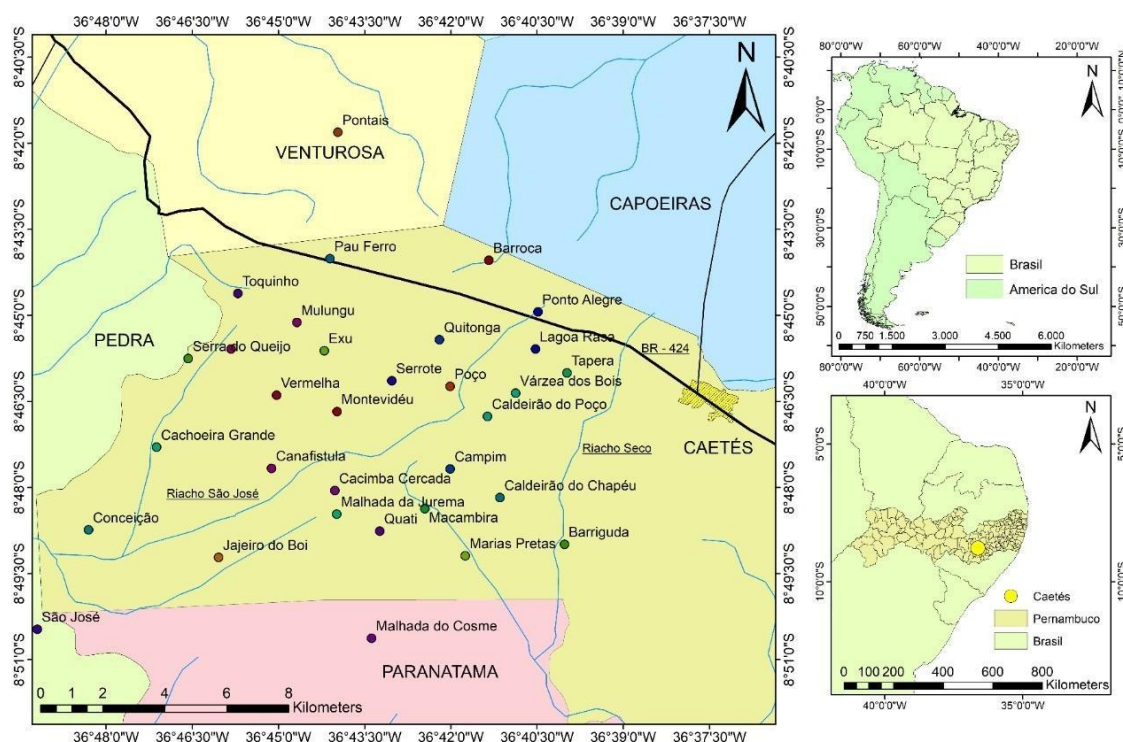
temos o pensamento de Benedict Anderson (2008), quando diz que são comunidades imaginadas que fazem sentido para eles e não apenas imaginárias, tendo uma intervenção real e força de real na realidade.

Pensando em espaço geográfico, essa pesquisa foi produzida na zona rural do município de Caetés-PE e seu entorno, na qual foram realizadas diversas entrevistas e inúmeras idas a campo no período entre 2016 e o final de 2021. Caetés-PE encontra-se em um espaço de transição entre Agreste e Sertão, fazendo divisas com os municípios também pernambucanos de Capoeiras, Venturosa, Pedra, Paranatama e Garanhuns. Caetés, possui uma extensão territorial total de 294,946 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), sendo um dos municípios do planalto da Borborema, tendo elevação altimétrica máxima de até 1.000m e estando predominantemente no domínio das Caatingas (VIEIRA, 2019). Com espaço no semiárido nordestino, tem índices pluviométricos inferiores a 800mm, tendo mais de 60% de chances de ocorrer secas (EMBRAPA, 2003). De acordo com o Censo do IBGE (2010), Caetés tinha, em 2010, uma população de 26.577 habitantes; desses, viviam 19.057 em áreas rurais e apenas 7.520 eram residentes urbanos; assim, a cultura do município é de aspectos majoritariamente rurais. O município possui índice de desenvolvimento humano (IDH) abaixo da média, com 0,522 (IBGE, 2010).

O vale do São José está situado a oeste da zona urbana de Caetés, limítrofe as áreas rurais dos municípios de Paranatama, Pedra e Venturosa, nas quais também se inclui. Possui, segundo Chaves *et al.* (2021), área territorial de aproximadamente 146,69 Km<sup>2</sup>, perímetro de 74,85 Km e cotas altimétricas entre 470m a 980m, estando em hierarquia fluvial de quarta ordem de grandeza. A vegetação dessa área situa-se no domínio das Caatingas, compreendendo diferentes tipos de vegetação que mudam ao longo desse território, no sentido de Leste a Oeste, compreendendo vegetação de Brejo de Altitude à Caatinga Arbustiva (CHAVES *et al.* 2021).



**Figura 1-** mapa de localização do campo de pesquisa a oeste da zona urbana da cidade de Caetés-PE. No mapa encontram-se marcações referentes aos locais onde foram realizadas as entrevistas.



Elaborado por VIEIRA, A. G. T., 2020.

O município se divide entre características do Agreste, com pequenas propriedades de práticas agrícolas e bastante populoso, e a parte fronteira com o Sertão, na qual predominam grandes propriedades e pouca habitação. Caetés segue a lógica de produção de agricultura familiar de subsistência da mesorregião, tida historicamente como produtora de alimentos, como afirmou Manuel Correia de Andrade, com a produção agrícola se dando nas pequenas propriedades (ANDRADE, 1998). O território é rico na produção de mandioca, macaxeira,



milho, feijão e batata – além da pecuária, com carne, couro, queijo e leite (IBGE, 2010). De acordo com Roberto Ferreira (2020), houve duas passagens de ciclos diferentes no século XX, que fugiram ao padrão, com plantações de algodão e de mamona.

## 2. Sobre memória, vetores de memórias e memória compartilhada

Ao remeter ao conceito de memória, podemos pensar em pelo menos dois fenômenos: o primeiro, biológico – uma função humana natural, uma “propriedade de conservar certas informações (...) graças às quais (...) pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2012, p. 224).

‘Memória’ significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado ou aprendizagem: só se ‘grava’ aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação (IZQUIERDO, 2014, p. 11).

E o segundo fenômeno, não desvinculado do primeiro, se trata de um fenômeno social, se refere ao uso narrativo do fenômeno biológico conectivo, a memória como forma narrativa de contar o passado e assim explicar este (RICOEUR, 2012, p. 249). Desse modo, a memória é como a criadora de uma representação do passado, uma metamemória reflexiva sobre si (CANDAUI, 2011, p. 35), uma vez que a “memória produz sentido, e o sentido estabiliza a memória. É sempre questão de construção, uma significação que se constrói posteriormente” (ASSMAN, 2011, p. 149).

Trabalharmos com a memória enquanto objeto da história nos remete de imediato a história cultural (RICOEUR, 2016, p. 4), que percebe os fenômenos em sua capacidade simbólica de representação e disputas de poder narrativo, conflitos entre a história “processo histórico” e a história enquanto “narrativa do passado”, isto é, a memória como objeto está inserida em uma disputa do contar como foi o passado, da qual os historiadores não detêm o monopólio (TROUILLOTE, 2016;

DOSSE, 2003). Ainda de acordo com Candau (2011, p. 131) historiadores “intervêm pouco na constituição memorial” deste passado.

O neurocientista Ivan Izquierdo nos alerta para a pluralidade de usos do conceito de memória, podendo ser as “ruínas de nosso passado”:

[...] memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador [...]. Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas. Representações, mas não realidades (IZQUIERDO, 1989, p. 89).

Ponto central para a teoria de Paul Ricoeur (2012, p. 25) foi perceber a memória como “província da imaginação (...) espécie de curto-circuito entre memória e imaginação: se essas duas afecções estão ligadas por contiguidade, evocar uma – portanto, imaginar – é evocar a outra, portanto lembrar-se dela”. Apesar de imaginar não ser lembrar-se (RICOEUR, 2012, p. 68). A memória pode então ser pensada enquanto o espaço de imaginação criadora para as tramas das histórias de Trancoso. Memória sendo um ato imagético de rememoração que projeta a invenção de novas imagens do passado a cada relembra, que não se esgota a memória, mas sempre se modifica como um fenômeno vivo (CATROGA, 2015, p. 13).

Joel Candau distinguiu três tipos de memórias: protomemória, memória e metamemória. “A protomemória é a memória adquirida de maneira inconsciente, corporificada, age sem pensar” (2011, p. 119). “A memória propriamente dita, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada, ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou enciclopédicas”. E a metamemória é a “representação que cada indivíduo faz da própria memória, o conhecimento que se tem dela, e do outro, o que diz dela, ao modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado (...) memória reivindicada” (CANDAU, 2011, p. 23).

A metamemória é central para a história, por nos ajudar a pensar a possibilidade da memória nos trazer representações coletivas ou, como é conceituado por Halbwachs (1990), “memória coletiva”. Joel Candau (2011, p. 35) reflete que não existe uma memória coletiva, mas sim atos de memórias coletivas,

que são memórias compartilhadas, e “um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado”. Assim, a metamemória como uma reflexão narrativa do passado é também forjadora da identidade dos grupos, e nesse quesito Mnemósine deusa da memória, pode fazer lembrar Clio, uma das nove filhas, a deusa da história, apesar das divergências ontológicas.

Está no âmbito dessa metamemória os “efeitos de historicidade” que situam algo, uma coisa, ou acontecimento na história, demarcando uma identidade dentro dos “atos de memórias coletivas” sobre os quais escreveu Candau (2011). Esses “efeitos de historicidade” ou “efeitos de sentido de história” não estão dados *a priori*, mas são fixados nos seguimentos coletivos de uma comunidade humana e, assim como a protomemória, se manifestam na metamemória ainda que não estejam fixas na memória propriamente dita.

A memória como objeto da história nos ajuda a pensar melhor o fenômeno enquanto narrativa sobre o passado dentro da cultura oral, uma vez que percebemos a lembrança não como algo isolado na subjetividade dos sujeitos, mas como pertencente a uma narrativa de comunidade, que conta uma forma de “história processo histórico” que chamamos de memória.

“A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 1979, p. 9). Encontramos essa memória nas seleções de imagens e representações evocadas na oralidade dos entrevistados através da história oral (ALBERTI, 2004), como também nas seleções de objetos e formatações dos espaços enquanto vetores de memórias (MENESES, 1992).

Essa relação entre memórias de objetos materiais, os “vetores de memórias” de Ulpiano Meneses (1992), foi criado como uma imagem conceitual mais precisa para o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora (1993), pensando que seus valores não são inerentes aos objetos, mas sim atribuídos. Logo, “a palavra vetor indica aquilo que porta algo, assim como transmite, aponta ou, ainda, orienta”

(GONÇALVES, 2015, p. 17). E, por outro lado, memórias, lembranças não se dão de maneira isoladas: os objetos provocam a lembrança e reforçam ou negam as identidades criadas na trama dinâmica do lembrar e relembrar o passado. Da mesma forma, as identidades manipulam os objetos a interesses de legitimação de suas narrativas, à medida que os conflitos de memória sempre são conflitos de identidades.

Sabendo-se que a “memória lembrança” não dá conta de estabelecer sozinha a identidade dos sujeitos, é necessário que haja a relação dos sujeitos com esses “vetores de memória”. As histórias de Trancoso são evocadas em conexão com os espaços físicos da realidade material. Uma casa de taipa que não é derrubada, mesmo após a construção de outra de alvenaria ao lado, serve, além de seu uso prático para se guardar pertences, como um vetor de memória, que interliga, portanto, presente e passado. Um espaço, que como diversos outros objetos “matérias de memória” evocam e provocam o relembrar da imaginação criadora/narradora do passado. Concorda-se então com a autora Aleida Assman (2011, p. 150), que complementa a ideia de pensar uma cultura oral da memória, ao tratar que as memórias individuais são “fortalecidas por esteios materiais e corpóreos como bordadura, pintura, ritmo, dança e música constituem o refúgio da memória cultural”.

Outro ponto importante da memória de cultura oral é a transmissão. Concordamos com Candau (2011, p. 118) ao tratar que “transmitir uma memória é fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo”. Nas histórias de Trancoso, o saber contar é também um saber performar, um saber corporificado, que envolve além do aprendizado da trama uma protomemória do sujeito contador de histórias. Nessa perspectiva, percebe-se a cultura como um conceito antropológico, centrando no fazer subjetivo dos humanos (BAUMAN, 2012). “A informação das ervas e suas curas sem a prática é vazia” (CANDAU, 2011, p. 118). Não se aprende uma prática cultural apenas através da teoria, “algo escapa sem cessar, que não pode ser dito nem ‘ensinado’, mas deve ser praticado” (CERTEAU, 2008, p. 151).

Candau (2011, p. 17) nos traz a centralidade na cultura doméstica, se referindo as práticas cotidianas aparentemente pouco extraordinárias, mas que mantêm a efetividade das transmissões, que na prática preservam as identidades dos grupos em comunidades, principalmente tradicionais, aos quais uma transmissão “se faz sem mediação, por um contato vivido entre as pessoas” (CANDAU, 2011, p. 110). Assim, a comunidade desenvolve memórias em conexão a um fazer coletivo, a qual as histórias de Trancoso são apenas uma das possibilidades narrativas que envolvem a memória, representações coletivas e identidade. Além disso, estão atreladas a cenários espaciais concretos, espaços onde foram contadas histórias que remetem, efetivamente, a um passado ou apenas as imagens formuladas por essa identidade, forjada com e através da metamemória e dos efeitos de sentido da história.

### **3. História e Memória**

Os contos de histórias de Trancoso são fenômenos da memória popular, reproduzidos nas práticas de tradição oral, por um lado remetendo a um elo entre gerações, por constantemente causar trocas comunicacionais entre idosos e crianças; além do mais, pelas histórias contadas, quase sempre se tem suas origens localizadas em um tempo distante no passado. Já o enredo narrativo não possui compromisso com o real; contudo, isso não impede que sua criação tenha partido de algum acontecimento real, ou que quem narra se proponha como fonte testemunha de fatos realmente ocorridos do passado, e não apenas o mundo como possibilidade, perfil característico da fantasia literária (OLIVEIRA, 2021, p. 64).

Mané Gardino, marido de Isaura Grilo - uma das contadoras de histórias de Trancoso (OLIVEIRA, 2021, p. 64), tornou-se lembrado pela memória da comunidade Vale do São José - Caetés-PE, através de um conto de Trancoso que narra um acontecimento importante da história local, no qual Mané é protagonista. Tornou-se lembrado não por mecanismos de lembranças oficiais, como a história política do município, não como homenageado com seu nome “batizando” novas ruas, praças, muito menos escolas – espaço este que um caboclo semianalfabeto, um

“não-branco”, num contexto rural da transição dos séculos XIX e XX no interior de Pernambuco, teria muito a nos ensinar sobre os saberes ancestrais.

É bem provável que poucas dessas pessoas que legitimariam a existência dele para o processo histórico tivessem sequer a noção de que pessoas como ele e sua esposa, Izaura Grilo – pobres moradores explorados em fazendas, reiteramos: “não-brancos” – fossem sujeitos da história e tivessem algo a contribuir com a identidade da pequena cidade do Agreste pernambucano. O fato é que, nas narrativas das pessoas, em especial das mulheres que conviveram com Izaura e que ouviram suas histórias, que entre outros temas tratavam de sua trajetória familiar, reconhecem na imagem dessa – e de outras – narradora uma pessoa central para a formação da comunidade local.

Por outro lado, as representações contidas nos contos de histórias de Trancoso podem simplesmente remeter de forma ficcional a acontecimentos presentes em suas realidades, característica testemunhal que os contos adquirem de forma intersubjetiva, na qual a memória adquire um caráter menos objetivo, mas não menos eficiente no processo de recordação. As pessoas se lembram que Mané Pedro bateu na mulher e ambos foram mortos pelos seres da mata, chamados, no contar das histórias de Trancoso, de “negada”; que o Pai do Mato castigou os dois compadres que não queriam dividir o boi com a comunidade; ou que caveira magrinha só assustou a menina porque ela ostentou comida, humilhando-a porque ela era esquelética de fome.

Os contos são memórias da comunidade que trazem imagens representacionais do passado, que nos servem como válvulas de escape dos problemas do período histórico ao qual foram contadas e recontadas, produzidas e reproduzidas. Observando não apenas as imagens contidas na narrativa, dando a devida importância a como ocorre a prática da transmissão/socialização dessas narrativas de forma contextual, percebemos os gritos e silenciamentos presentes em



cada conto, revelando, antes de mais nada, conflitos interseccionais (AKOTIRENE, 2019) de classe, raça e gênero.

Pertencendo à lógica narrativa da memória enquanto forma discursiva sobre o passado, compreende-se aqui a memória, assim como a História (disciplina), como uma forma de lidar com o passado ou, como queira conceituar, o “processo histórico” em distinção, a história enquanto narrativa do historiador de ofício. Trouillote (2016, p. 24) aponta a divisão entre História (1) *Res gesta Geschichte* “o que acontecia”, “história”; e História (2) *Rerum gestarum - Geschichtsschreibung* “o que se dizia ter acontecido”.

Há ainda, na direção proposta aqui, um *insigt* possível de entender a história, nesse exercício de “lidar com o passado”, enquanto um “discurso sobre o passado” (ORLANDI, 1990) ou construído num esforço de lembrar e de esquecer, mas sempre na querela da reflexão/problematização, tendo na memória a matéria prima para esse esforço científico. Desse modo a História, assim como a linguagem que ela utiliza, não são transparentes, não no sentido de ofuscar ou silenciar, mas de modelar o passado no ambiente narrativo e, nesse movimento, prolongar esquecimentos em detrimento de lembranças.

Logo, nem linguagem nem história podem ser dissociados das práticas sociais intrínsecas em sua concepção, ou seja, se o que dá sentido a história de um lugar é o narrar, ou o que é narrado, essa é a fonte matriz para produção de uma narrativa, ou discurso, numa perspectiva disciplinar. A história não é feita de fazendas vazias, mas de espaços cheios de narradores e narradoras de histórias. A memória como objeto de história desloca do fazendeiro o lugar central na história de um lugar e situa o contador ou a contadora de histórias.

Aqui nos remetemos, e retornamos, a perspectiva de Trouillote (2016, p. 48), que inclui nessa disputa pelas representações do passado as diversas formas de narrativas sobre a história, e não apenas a da escrita dos historiadores de ofício. “Muito antes que os cidadãos médios leiam os historiadores que definem os padrões correntes para colegas e estudantes, eles abordam a história através de celebrações,

visitas a museus, filmes, feriados nacionais e livros escolares”. Podemos supor que a grande maioria dessas formas de narrativas citadas são dominadas pela memória e não pela história. “As questões em jogo dizem respeito à memória, já não como simples matriz da história, mas como reapropriação do passado histórico por uma memória que a história instruiu e muitas vezes feriu” (RICOEUR, 2016, p. 1).

A memória para a história tem sido questão de disputas em diferentes perspectivas. Algumas delas percebiam uma relação conflituosa de antagonismos entre a musa Mnemósine e Clio. A memória como oposição à história se justifica por Pierre Nora (1993), ao defender que a narrativa da memória remete ao particular; aos diversos grupos que dela fazem uso para justificarem suas identidades; é absoluta; já a história é a reconstrução problemática, pertencente ao universal, é relativa. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (...) a memória é sempre suspeita da história, cuja função é destruí-la e a repelir” (NORA, 1993, p. 9).

Em diálogo crítico com o trabalho de Pierre Nora (1993), o historiador Ulpiano Meneses é favorável à noção da memória como objeto da história (MENESES, 1992, p. 23). Para ele, a memória reforça ou constitui a identidade, já a história é a forma intelectual de produzir conhecimento, operação cognitiva (MENESES, 1992, p. 21). Joel Candau acrescenta que mesmo a “história vulgarizada - que é uma fonte identitária incontestável - difere da memória” (2011, p. 131).

Contudo, ao mesmo tempo, Candau (2011, p. 133) reconcilia a história como filha da memória. Apesar da distância entre as duas musas, autores como Dosse (2003), Ricoeur (2012), Candau (2011) e Assman (2011) reforçam que Memória e a História convergem em seu caráter primeiro de representação do passado, ponto em que o senso comum torna as duas tão semelhantes e até sinônimas. Porém, como afirma Candau (2011, p. 131), bem menos radical que Nora (1993), mas não menos enfático da diferença, a história busca a

exatidão das representações, enquanto a memória não pretende senão a verossimilhança. A história objetiva esclarecer da melhor forma possível aspectos do passado, a memória busca mais instaurá-lo, uma instauração imanente ao ato de memorização. (CANDAUI, 2011, p. 131)

Para François Dosse, a memória sendo um objeto da história deve ser problematizada pela história, e discorda da pertinência de um antagonismo ao qual chama de “oposição canônica” entre história e memória, uma vez que a história social da memória, história-crítica, “rapidamente abre espaço, pelo dever imperioso da memória, para uma reaproximação inelutável entre esses dois polos que são a memória (...) e a história” (DOSSE, 2003, p. 283). Percebe a importância heurística da distinção radical história-memória no primeiro momento (se referindo ao trabalho do já citado Pierre Nora), mas que deve ser substituída pela história-crítica.

A história da memória é um imperativo e deve beneficiar-se de todo aporte crítico do ofício do historiador se quer evitar as patologias de uma memória frequentemente cega (...) conexão entre história e memória tornou-se muito forte e 'sem esse elo a história seria apenas escotismo, a pura exterioridade se, como Ricoeur, lembramos quanto presente e afetado pelo passado. Historiador não tem monopólio dessa reaproximação. (DOSSE, 2003, p. 283)

“Na história, o poder começa na fonte” (TROUILLOTE, 2016, p. 60). Repensarmos o poder que envolve a constituição da memória dos grupos, enquanto narrativa dominante que institui uma identidade ou imagens do passado em detrimento de outras, criando silêncios e esquecimentos (POLLACK, 1989) é fundamental para assim fazermos uma história crítica, uso que acredito não ser efetivo sem pensarmos a memória como “objeto da história” –contudo, uma “objetificação” que não projete a ilusão de passividade da mesma, visando sempre o conflito de representações do passado.

Estes conflitos ficam evidentes quando comparamos uma história de Trancoso sobre um casal formado por um homem preguiçoso e uma mulher curiosa, que são castigados por seres do mato, e contém em seu enredo a morte da mulher, que é assassinada em razão de violência masculina. Essa narrativa termina de um jeito quando contada por um homem, mas tem seu desfecho modificado

quando contada por uma mulher, que acrescenta também o assassinato do marido, responsável por toda a tragédia (OLIVEIRA, 2021, p. 86).

Assim, é importante pensarmos inclusive para as memórias provindas de fontes literárias subjetivas – a categoria criada por Le Goff (2012), “documento monumento”, para apontar o caráter intencional de toda produção de memória –, que não uma fonte meramente passiva ou ingênua, algo a parte dos jogos de poderes. Isto não quer dizer que é preciso ignorar as representações ficcionais dos contos, por seu caráter de não ter a objetiva pretensão da verdade dos fatos, sendo o engano do historiador, falta de conhecimento da natureza da fonte, bem mais prejudicial a operação historiográfica que a mentira (RICOUER, 2012).

Reformulando a pretensão da escola metódica e dos positivistas em ter acesso “a história como realmente aconteceu”, na frase clássica de Ranke, para nós mais serve a história enquanto representância do passado, tendo em vista que o que aconteceu “não tem mais como não ter acontecido”, na reformulação de Ricoeur (2012), tendo em vista que o historiador não tem acesso ao que se passou, somente às representações que transformam o passado em apenas “passadidade”, isto é, uma criação narrativa dos acontecimentos (RICOUER, 2012, 2003, 1990; NICOLAZZI, 2014; MENDES, 2013).

#### **4. Considerações finais**

O processo de compreensão do fenômeno “histórias de Trancoso”, através de uma memória que se faz como narrativa conflitante com a história, nos demonstra a necessidade de pensar o poder que envolve o narrar sobre o passado, seja essa narrativa a da história de ofício profissional, seja das diferentes formas de memória. É preciso perceber a relação entre história e memória, reconhecendo que a memória vai além de ser uma mera fonte histórica controlada pelo historiador: trata-se de uma forma também que cria narrativas sobre como era o passado. O historiador não pode ignorar a capacidade de flexibilidade narrativa da “memória objeto” que se exerce nas relações de poder, a memória como um enquadro vivo na

metodologia do historiador ou, como trabalhou Paul Ricoeur (2012), a memória como um conceito fundador do conhecimento histórico.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Tradição oral e História oral: proximidades e fronteiras. **História Oral**, v. 8, n. 1, p.11-28, jan./jun. 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: companhia das letras, 2008.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 15 – 27 e 143 – 158.

BAUMAN, Cultura como práxis. In: BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Zahar, 2012.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

CANDAU, J. O jogo social da memória e da identidade (1) Transmitir e receber. In CANDAU, Joël. **Memória e identidade**; tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Trad. Ephraim F. Alves. Petropolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1985.

CHAVES, Ana Maria Severo *et al.* Analysis of ecosystem services in the semiarid landscape of the basin of creek São José, Pernambuco. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 12, p. 139 - 158, may 2021. ISSN 2178-0463.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa** / Robert Darnton; tradução de Sonia Coutinho. — Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEMETERIO III, FIORILO P. A. Introdução a Hermenêutica. TAVARES, M. RICHARDSON, R. J. **Metodologias qualitativas: teoria e prática**. 1ed. Curitiba, PR: CRV, 2015. P.309-354.

DOSSE, François. Uma história social da memória (In) DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 261 – 298.

EMBRAPA. Infoteca-e: Repositório de Informação Tecnológica da Embrapa. acervo, 2003. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede Pelotas**, v. 7, n. 13, jul./dez. 2015.

FERREIRA, José Roberto de Melo. **Morreu Deni de Zé Maduro**. Caetés, 14-08-2020. Página Viva: @projeto\_pagina\_viva. Disponível em: [https://www.instagram.com/tv/CD46V0EpE1/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/CD46V0EpE1/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em: 07 out. 2020.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Vertice: São Paulo, 1990.

IBGE. Base de Dados do Estado-BDE ([www.bde.pe.gov.br](http://www.bde.pe.gov.br)), TRE; IBGE, Pnud/Ipea/FJP, INEP, Datasus, Compesa, Celpe, MTE, DETRAN-PE, Banco Central, STN e Agência CONDEPE/FIDEM, 2010. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Municípios em números. 2010.

IZQUIERDO, Iván. **Memória** [recurso eletrônico] / Iván Izquierdo. – 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: Artmed, 2014. e-PUB

\_\_\_\_\_. **Memórias**. Estudos Históricos. São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112. Mai/Ago 1989.

MENDES, Breno. **A representância do passado histórico em Paul Ricoeur** [manuscrito]: linguagem, narrativa e verdade / Breno Mendes. - 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, dez. 1992.



NICOLAZZI, F. Paul Ricoeur (1913-2005) In: PARADA, M. **Os historiadores clássicos da história. Vol.3 de Ricoeur à Chartier.** (Org) Mauricio Parada. – Petropolis, RJ: Vozes, PUCRIO, 2014.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História.** São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista:** discurso de confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

OLIVEIRA, Emanuel da Silva **HISTÓRIAS DE TRANCOSO ENTRE SUBVERSÃO E ESPERANÇA: UMA TRADIÇÃO CAMPONESA ESQUECIDA** / Emanuel da Silva Oliveira. - 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em História, Recife, 2021.

PISCITELLI, Adriana G. TRADIÇÃO ORAL, MEMÓRIA E GÊNERO: Um comentário metodológico. Direitos autorais / Publisher's copyright statement: ©1993 by **UNICAMP/PAGU.** All rights reserved. <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista estudos históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOEUR, P. **Memória, História e Esquecimento.** Tradução: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. Memory, history, oblivion. In: **HAUNTED MEMORIES? HISTORY IN EUROPE AFTER AUTHORITARIANISM,** 2003.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e ideologias.** organização, tradução e apresentação de Milton Japiassu. Rio de Janeiro, F. Alves, 1990.

RONDELLI, Beth. **O narrado e o vivido:** o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão. Rio de Janeiro: FUNARTE/IBAC, coordenação de Folclore e cultura popular, 1993.

TROUILLOT, M.-R. O Poder na estória. In: TROUILLOT, M.-R. **Silenciando o passado:** poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VIEIRA, Alexandre Gomes Teixeira. **Entre “Lócas”, “Taiados” e “Cabocos Brabos”:** memórias sobre indígenas e negros no Agreste Pernambucano/ Alexandre Gomes Teixeira Vieira, Garanhuns, 2019.